

cofire

Revista do Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado

N.º 3

IV série

Ano XX

Mai/Jun 2016

www.cofre.org

PVP €1,00

A RESIDÊNCIA SÊNIOR DE VILA FERNANDO CELEBROU 10 ANOS



SUMÁRIO

1 EDITORIAL |
A PALAVRA DO PRESIDENTE

5 CARTAS DOS LEITORES

6 CONSULTÓRIO JURÍDICO |
REGIME DE BENS NO CASAMENTO
Antes que cases
vê o que fazes

8 REPORTAGEM |
O LADO INVISÍVEL DOS
CASAMENTOS DE SANTO ANTÓNIO



10 QUEM É QUEM |
RECURSOS HUMANOS

11 O QUE HÁ DE NOVO |
CARTA DE CONDUÇÃO POR PONTOS

14 CIÊNCIA |
COLUNA DE ASTRONOMIA
Chuva de estrelas
neste Verão

16 DIA DOS MUSEUS |
MUSEU DO FADO
De Alfama
para o Mundo

19 RECEITA |
SARDINHAS ALBARDADAS

20 HISTÓRIA |
CORPO DE DEUS
A procissão no tempo
de D. João V

22 EFEMÉRIDES |
PORTUGAL
23 MEDALHAS
OLÍMPICAS



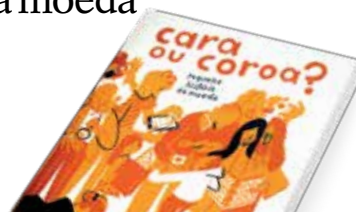
24 RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS |
LISBOA E PORTO

26 RESIDÊNCIAS SÉNIOR |
PASSEIOS E MANGERICOS

28 TEATRO |
QUINTA DE SANTA IRIA
O Príncipezinho
foi à Quinta...
e os Mosqueteiros
foram com ele.

29 RESIDÊNCIAS SÉNIOR |
VILA FERNANDO
Celebrar uma década
de vivência

35 OFERTAS AO COFRE |
LIVROS
Cara ou coroa?
Pequena história
da moeda



37 NOTÍCIAS |
UNIVERSIDADE SÉNIOR
DE PAÇOS DE FERREIRA

38 QUESTIONÁRIO

42 COLABORAÇÃO DOS SÓCIOS

44 PASSEIOS DO COFRE

FICHA TÉCNICA

PRESIDENTE: Tomé Jardim • revista@cofreprevidencia.pt | **DIRECTORA:** Luísa Paiva Boléo • geral@cofreprevidencia.pt
EDIÇÃO: Cofre de Previdência | **CONSELHO REDACTORIAL:** Tomé Jardim, Elder Fernandes, Manuela Charrua, Catarina Santos, Vitor Luz, Susana Inácio, Sónia Ferreira, Norberto Severino | **EDITOR:** Francisco Pinteus • revista@cofreprevidencia.pt | **IMAGEM DE CAPA:** Cláudia Peres | **FOTOGRAFIA:** Cláudia Peres | **DIRECÇÃO CRIATIVA E DESIGN:** Jorge Guimarães | **PUBLICIDADE:** Sara Ferreira | **SECRETÁRIA:** Sara Ferreira | **COLABORADORES DESTA NÚMERO:** Máximo Ferreira, Rui Bebiano, Ana Alves, Belén, Barbara, Gonçalo Carmo, Fernando Silva, João Gaspar, Emílio Quintal, Armando Jesus, Mário Agostinho, Joaquim Branco, Filipe Rodrigues
CONTACTOS DO COFRE: Rua do Arsenal, Letra E, 1112-803 - Lisboa e Rua dos Sapateiros, 58, 1100-579- -Lisboa
Telefone: 213 241 060 | **Fax:** 213 470 476 • geral@cofreprevidencia.pt | **NIF:** 500969442 | **IMPRESSÃO:** MULTIPONTO, S.A.
ISSN 2182-1437 | **DEPÓSITO LEGAL:** 324664/11 | **REGISTO ERC:** 119146 | **PERIODICIDADE:** Bimestral | **TIRAGEM:** 44.000
PVP: 1,00€ | *A redacção da revista Cofre não obedece ao novo Acordo Ortográfico



Custódia da Patriarcal de Lisboa, em ouro maciço com diamantes, esmeraldas, rubis e safiras incrustados, oferta de D. João V.

A procissão no tempo de D. João V

A procissão do Corpo de Deus foi instituída para todo o mundo cristão em 1264 pelo papa Urbano VI. A festividade começou a ser celebrada em Portugal – sempre na primeira quinta-feira depois da oitava do Pentecostes – no reinado de D. Afonso III. Viria a ganhar um brilho invulgar a partir do governo de Manuel I, sendo sempre a sua procissão aquela que de maior luxo e aparato Lisboa conheceu. O rico espetáculo que habitualmente continha, as possibilidades que oferecia como momento de espetacular manifestação de fé, tornavam o dia da sua realização ansiosamente esperado pelo povo.

Porém, até ao século XVIII, o desfile religioso serviu de instrumento para a expressão combinada de crenças e tradições diversas. Sem qualquer ordem prevista, seguiam aí as autoridades municipais, os representantes dos ofícios com os seus antigos símbolos e bandeiras, as imagens sagradas, nessa altura ainda de grande sobriedade plástica. Mas também gente vestida das formas mais bizarras, figuras bestiais, indivíduos de toda a qualidade, sem qualquer distinção. Em 1493 seguiram no cortejo «o rei David, diabos, reis, imperadores, príncipes, gigantes, feiticeiros, verdadeiro concílio de cómicos e truões». E em 1669 ainda desfilavam «cervos, figuras de cavalo, invenções e danças».

A monarquia absoluta irá combater essa sorte de práticas, dispondo as procissões mais conformemente a mentalidade própria da cultura barroca e os

objetivos propostos pelo Concílio de Trento, ao serviço ainda da construção da imagem de uma sociedade hierarquizada e desejavelmente quieta.

As disposições reguladoras do préstito do dia do Corpo de Deus vão suceder-se. Assim, em carta do secretário de Estado ao presidente da Câmara de Lisboa, aquele informa da vontade do rei.

«Sua Majestade, que Deus guarde, é servido que (...) não vão na procissão tourinhas, gigantes, serpe, drago e esparteira, carros e as mais cousas semelhantes, que costumavam dar os ofícios, nem dança alguma, nem os mouros que costumavam ir junto a S. Jorge; que na procissão não vá pália de lâ, mas outro mais rico; que o senado mande lançar cadeias nas bocas das ruas que vão sair às da procissão.»

Prescrevia-se ainda quem deveria seguir no desfile, quem o não deveria fazer (os negros, as mulheres, os estridentes chameleiros deveriam ser afastados) e em que ordem se disporem ou como se deveriam vestir todos os participantes. É ainda traçado o percurso obrigatório, vigiado por regimentos militares para impedir que alguém o subvertesse.

Este acontecimento, do qual diria José da Cunha Brochado que «para ver Lisboa de uma vez fui ver a procissão do Corpo de Deus», teve especial brilho em 1719 e no ano seguinte. A de 1719, combatendo decididamente os desvios de natureza pagã e servindo de modelo para os anos que se lhe seguiram, constitui festividade memorável nos fastos da Igreja portuguesa.

Ao mesmo tempo, funcionou como paradigma na identificação das festividades eclesiásticas e monárquicas, coincidindo no centro da cena, no pátio, a totalidade dos poderes. O divino, o eclesiástico, o régio.

A arrumação processional era clara. As bandeiras dos ofícios mecânicos surgem à frente, seguidas de um grupo de sonantes trombeteiros. Vinham depois os cavalos de raça da Casa Real, a irmandade de S. Jorge, timbales e mais trombeteiros, outras irmandades, as diversas confrarias, a generalidade dos cleros regular e secular, os párcos de toda a Lisboa e os cônegos. De seguida a Cúria patriarcal, a nobreza na sua ordem hierárquica, o Conselho de Estado, o Conselho da Fazenda, os representantes máximos dos tribunais,

as ordens militares, os pajens e capeleães do patriarca, os cantores da Igreja Patriarcal, o seu cabido, os mais altos dignitários eclesiásticos. Por fim, no vértice da cerimónia, o pátio, transportado pelo rei, situado à direita, e pelos seus irmãos que se revezavam com a principal nobreza, cobrindo a representação do Santíssimo Sacramento transportada pelo patriarca. Enquadrando cenicamente o desfile, sublinhando as suas características dramáticas, dispunha-se um conjunto vasto de peças de arquitetura perecível de grande cuidado artístico e a mole imensa de gente claramente perturbada pelo estilo do ato.

A procissão do Corpo de Deus passaria, a partir dessa altura, a constituir um signo da grandeza da cidade e do

seu real senhor, a máxima expressão, dourada e sensível, da fé única. A sua importância na sequência do ano cívico da capital ganhou tal projeção que, no ano de 1737, os varredores da limpeza não encontraram melhor ocasião para fazerem uma greve pelo pagamento dos salários, há longo tempo atrasados. Tomás Pinto Brandão irá proclamar em 1731, reconhecendo a estreita ligação entre o brilho destas festas e as disposições nesse sentido mandadas tomar pelo rei, que «nada no Planeta quarto / se enxergava nessa hora, / por disposições do Quinto, / do qual estamos à sombra». ●

* Historiador, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, investigador. Desde 2011 diretor do Centro de Documentação 25 de Abril

● A procissão do Corpo de Deus passaria, a partir de 1719, a constituir um signo da grandeza da cidade e do seu real senhor, Dom João V ●

